

VIVÊNCIA ESTUDANTIL NOS DISTRITOS: ENSINO DE GEOGRAFIA E PRÁTICA EDUCATIVA

Osmar Almeida de Lima
Graduando em Geografia pela UFU
osmargeo@gmail.com

José Hermano Almeida Pina
Graduando em Geografia pela UFU
hermanojampa@yahoo.com.br

Resumo: Ao tratar de políticas educacionais, a geografia desempenha um papel considerado de grande importância, principalmente quando o assunto está relacionado ao ensino de aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Nesse caso, a escala do município passa a ser fundamental nas proposições e no desenvolvimento de atividades voltadas para a Educação Básica, por exemplo. O município é uma porção do espaço geográfico que abrange as realidades do campo e da cidade, do urbano e do rural. Fundamentalmente, a geografia urbana torna-se um referencial para que se possa aplicar seus conceitos na relação entre sociedade e natureza, destacando-se a cidade e o distrito. Seguindo esse raciocínio, no intuito de permitir aos estudantes, seja na graduação ou na educação básica, o entendimento e o interesse por formas dinâmicas de aprendizagem, a vivência estudantil torna-se um elemento metodológico necessário ao contexto educacional, pois, essa prática, defendida nos cursos de geografia, permite o contato direto do aluno com o objeto de estudo. Neste trabalho foram escolhidos como campo de aplicação os distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia, no Município de Uberlândia-MG. Nesse contexto, coloca-se como proposta para os alunos e professores envolvidos no processo a criação dos seus próprios recursos didáticos de maneira a facilitar o alcance dos objetivos propostos por eles no processo de ensino e de aprendizagem. Com isso, a percepção vivenciada torna possível, por parte dos envolvidos, uma inclusão social e educacional a partir do contato com a identidade local, cultura, relação homem-terra-trabalho, além do contexto político.

Palavras-chave: percepção vivenciada; ensino de geografia; geografia urbana.

Introdução

Por que, o quê, e como ensinar geografia? Suas formas tradicionais de ensino podem ser úteis nos dias atuais? Qual o melhor procedimento metodológico no ensino escolar que permite falar em uma inclusão educacional? Com base nestes questionamentos é necessário entender o contexto educacional levando-se em conta as possibilidades de aplicação por intermédio das políticas educacionais. As políticas de gestão educacional necessitam cada vez mais de respostas por parte dos professores no sentido de que estes apresentem propostas metodológicas que possam, de fato, materializar um ensino e uma educação inseridos no processo de formação social.

No intuito de abarcar os aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais, este trabalho busca, por meio da Geografia, trabalhar com a escala de município enquanto unidade administrativa capaz de fornecer diversos elementos ligados ao contexto do campo e da cidade, destacando, por exemplo, os conceitos de urbano e rural. Salienta-se a divisão administrativa do município entre a cidade (distrito-sede) e os distritos como sendo um importante campo de estudos que permite falar em inclusão educacional, uma vez que diferentes alternativas podem ser exploradas.

Empiricamente é relatada a experiência vivida por nós enquanto alunos do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia no projeto intitulado Vivência Estudantil nos distritos de Uberlândia – MG, em que fomos beneficiados pelo Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG), vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PRGA), ocasião em que trabalhou-se com a realidade dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia.

A partir daí, a questão da percepção alia-se à vivência, surgindo assim o que se chamou de percepção vivenciada enquanto uma proposta metodológica capaz de contribuir não só para a formação do aluno de Licenciatura, como também para o aluno de educação básica (ensino fundamental e médio). Com isso, é possível trabalhar com a inclusão educacional e social levando-se em conta os aspectos citados anteriormente.

Geografia urbana: uma abordagem conceitual

A verdadeira realidade sócio-espacial segundo Reis (2006) está cada vez mais distante dos mecanismos políticos, a exemplo da delimitação do perímetro urbano, o que reflete uma problemática na identificação detalhada dos aspectos presentes nos ambientes rural e urbano. Nesse sentido, o autor ainda complementa que não seria eficiente uma delimitação em que houvesse apenas uma linha que separa o urbano do rural. Assim, a linha de perímetro urbano separa uma realidade muito mais complexa, composta não somente pelo rural clássico, mas também pelo Novo Rural. Fica evidente a dificuldade dos municípios em conseguirem realizar uma delimitação adequada. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, “[...] o que continua até hoje definindo a área urbana do município é a Lei do Perímetro Urbano, de competência exclusiva municipal, servindo tanto para fins urbanísticos quanto tributários” (IBGE, 2001, p.116).

Com base no pressuposto da delimitação do perímetro urbano, o conceito de cidade passa a exigir uma atenção permanente, ou seja, quantitativamente, a cidade passa a ser

classificada como tal por possuir determinado número de habitantes; e qualitativamente, do ponto de vista teórico, deve ser altamente organizada, implicando em ações de planejamento que visem o bem-estar da população e atendam a todos os setores diretamente ligados à qualidade de vida social.

Seguindo o mesmo raciocínio a cidade, por sua vez, possui funções que fazem dela um espaço capaz de exercer influências diversas, destacando-se principalmente os aspectos políticos e econômicos. No contexto específico do distrito, torna-se necessária uma compreensão da relação entre município, cidade, distrito e vila:

O município é a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, é formado pelo distrito-sede, onde acha-se localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município e, que corresponde à zona urbana municipal e; também, pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila (PINTO, 2003, p. 29).

Nesse sentido, será feita na seqüência uma discussão acerca do conceito de distrito propriamente dito, considerando o município de Uberlândia, em Minas Gerais, sendo que as informações contidas no contexto da geografia urbana citadas anteriormente servirão de base para esclarecimentos, levando-se sempre em conta a questão da(s) influência(s) exercida(s) por algumas cidades.

Nesse caso, a relação de dependência e independência de alguns distritos reflete o que podemos chamar de um estado relativo ou absoluto, conforme se pode perceber em relação ao histórico do município de Uberlândia, uma vez que nenhum distrito conseguiu sua emancipação. É importante ressaltar que a cidade de Uberlândia exerce um significativo poder político e econômico sobre os distritos do município, destacando-se a tentativa de emancipação do distrito de Tapuirama, que não obteve êxito (MONTES *et al*, 2005).

Nesse caso, tal situação pode ser classificada como uma possível dependência absoluta, pois o distrito-sede é o centro político e econômico do município. Existe também a situação de independência relativa: “[...] centros urbanos, com vida econômica autônoma, que não podem ser denominados cidades justamente por não serem sedes municipais, como é o caso de Venda Nova (distrito de Belo Horizonte) [...]” (PINTO, 2003, p. 30).

Essa discussão é feita com a finalidade de tornar o mais acessível possível o entendimento da realidade dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia, ambos localizados no município de Uberlândia, com o objetivo de se obter uma melhor percepção das questões sociais, ambientais, econômicas e políticas, resultante de uma vivência.

O trabalho desenvolvido por Pinto (2003) mostra que o distrito é explicado a partir da situação em que ele é o estágio inicial para a formação do município. Segundo o autor, o distrito torna-se um município a partir de sua emancipação político-administrativa, deixando de ser subordinado ao município de origem, e passando a ter governo próprio, constituído de Prefeito, Vice-Prefeito, Câmara Municipal, Vereadores e Leis próprias.

Na mesma perspectiva, o autor complementa:

O distrito é uma subdivisão do município, que tem como sede a vila, que é um povoado de maior concentração populacional. Ele não tem organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município. O distrito tem a mesma denominação de sua vila e, somente pode ser criado por meio de lei municipal (PINTO, 2003, p. 57).

Porém, é cabível ressaltar a situação social específica, ou seja, o caso de moradores de distritos que se encontram em situações adversas a exemplo dos serviços básicos de saúde, educação, transporte, entre outros. A principal intenção é, assim, ressaltar as diversas variáveis que podem atingir as populações dos distritos, sendo que muitos deles carecem de condições mínimas para o benefício social, mesmo já tendo chegado à categoria de distrito ao satisfazerem os critérios contidos na lei.

A busca pelo entendimento da realidade dos distritos e, neste caso, daqueles que constituem objeto deste estudo, leva à elaboração de algumas questões, as quais, ao serem respondidas nos aproximam desse almejado entendimento. Assim questiona-se: Qual a verdadeira função de um distrito? A criação de um distrito beneficia a todos os seus moradores? As características de um distrito o aproximam mais do urbano ou do rural?

A partir daí observa-se um campo bastante amplo de análise, e que ao mesmo tempo carece de trabalhos direcionados especificamente para análises de distritos, sendo que é necessário começar por seu conceito e, em seguida usar como objeto de comparação a realidade do distrito-sede.

É preciso levar-se em conta, principalmente, as condições de acessibilidade dos moradores, aos serviços básicos citados anteriormente. Em relação ao contexto urbano presente nesses locais é plausível que:

[...] o modo de vida é tipicamente urbano, pois, mesmo possuindo uma ligação forte com o meio rural, que se expressa na prática de atividades do setor primário (agricultura e pecuária), as pessoas que ali residem utilizam telefones celulares, vestem-se de acordo com os padrões urbanos, assistem a programas de televisão que expressam o modo de viver urbano. As suas reivindicações também são

caracteristicamente urbanas: calçamento de ruas, rede de esgotos, iluminação pública, postos de saúde, escolas, dentre outras (PINTO, 2003, p. 60).

Pode-se dizer, portanto, que “[...] mesmo estando situado na zona rural do município e, sendo legalmente considerado como parte integrante da zona urbana, o modo de ser e de viver de um distrito encontra-se muito mais sintonizado com o urbano do que com o rural” (PINTO, 2003, p. 60).

Além dos aspectos meramente conceituais, percebe-se também como temática importante da criação do distrito a partir da construção sociológica, presentes as formas peculiares de relações sociais, as quais configuram a noção de espaço tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo. Esse raciocínio se desenvolve na própria perspectiva de geografia urbana, em que a questão epistemológica da geografia ligada ao contexto urbano traz à tona inúmeras variáveis sociais que refletem diretamente a configuração do espaço estudado.

Com relação ao distrito é possível perceber que sua gênese abriga, na maioria das vezes, um significativo “clima rural”, e a partir daí surgem novas transformações ao ponto de conduzir uma vila à categoria de distrito.

Para um melhor entendimento desse raciocínio é usada como parâmetro uma análise feita por Queiroz (1973) a respeito de bairros rurais:

Os bairros rurais se organizam como grupos de vizinhança, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal; pela forma específica de ajustamento ao meio ecológico, através do trabalho de roça, executado pela família conjugal como unidade econômica e utilizando técnicas rudimentares; pelo exercício do comércio de parte dos gêneros obtidos com a lavoura ou com a criação, como um meio de permitir a aquisição de objetos e mercadorias fabricadas na cidade; pela interdependência visível entre o grupo de vizinhança e núcleos urbanos, locais e regionais, para os quais se dirigem os lavradores, seja para vender seus produtos e comprar mercadorias, seja em romarias religiosas, seja para tratar das poucas atividades administrativas e políticas que estão ao seu alcance (QUEIROZ, 1973, p. 195).

De fato, existem muitos distritos incluídos em realidades propriamente urbanas, principalmente quando estão localizados bem próximos ao distrito-sede. Porém, existem também os distritos que não estão conurbados com a sede do município, e muitos deles possuem os chamados “climas rurais” perceptíveis. Neles também ocorre a influência do meio urbano, sem dúvida, mas as condições advindas do campo prevalecem no contexto comportamental dos moradores.

Os aspectos sociológicos expostos por Queiroz (1973) remontam a uma análise mais ampla a respeito da gênese de um distrito, principalmente no tocante à conservação dos hábitos que compõem uma realidade já não mais presente em uma cidade. Portanto, as relações presentes no campo ultrapassam uma visão meramente física do espaço, exigindo assim, uma percepção mais ampla capaz de identificar os vários aspectos que configuram a realidade estudada.

A partir do momento em que se observa a cidade levando-se em conta a sua formação, é possível entender um espaço, na maioria das vezes, marcado por características mais simples, em que os pequenos detalhes de um cotidiano comum são observados e sentidos por quem vive nesse espaço. Por isso, o estado mais próximo do original se faz numa perspectiva mais simples, sendo que as formas de produção, as relações sociais e as marcas da paisagem caracterizam, por vezes, uma ausência de complexidade.

Nesse caso, entende-se complexidade como sendo um amplo conjunto de necessidades humanas que desenvolvem novas formas de produção capazes de transformar não só as relações pessoais como também a própria paisagem. Uma análise meramente quantitativa pode causar percepções equivocadas e omitir aspectos relevantes de uma realidade. Segundo Casé (2000), torna-se importante um olhar abastecido de uma criticidade capaz de observar além da realidade quantitativa, e no caso específico dos distritos é importante levar em conta os aspectos urbanos e rurais presentes.

Geografia e ensino

Quando se fala em ensino, normalmente se pensa na proposta de um currículo, o qual deveria expressar o tipo de profissional que se deseja formar, além de se preocupar com a construção da cidadania. Nesse caso, a geografia fornece categorias de análise que podem contribuir para esse objetivo, a exemplo do *lugar*, da *paisagem*, do *território* e da *região*. Sobre metodologias de ensino de geografia, temos que:

A Geografia, como ciência e a Geografia como disciplina a ser ministrada no 1º e 2º graus, deve expressar-se através de um método que seja indissociável, ou seja, é necessário a busca de um caminho unitário entre a dinâmica da natureza e da sociedade (SUERTEGARAY, 2000, p.98-99).

Segundo a autora, o caminho deve ser escolhido pelo professor de acordo com as necessidades dos alunos, incluindo as perspectivas teórico-pedagógicas de ensino e

aprendizagem. Para que se possa construir o conhecimento geográfico, são necessários um corpo conceitual bem definido e uma metodologia clara e objetiva.

Para isso, usa a Geografia conceitos-chave, como instrumentos capazes de realizar uma análise científica do espaço. Com eles procuramos dar conta de um mundo cada vez mais “*acelerado e fluido*” e, por isso, mais denso e complexo. Eles permitem apreender o espaço nas suas formas de organização, validar o que foi herdado do passado e atender às novas necessidades. Tal arsenal teórico abre campo para a análise e a construção de concepções de mundo, que o compreendam de forma globalizante e como resultado da dinâmica de transformação das sociedades (BRASIL, 1998, p. 32, grifo do autor).

No caso da geografia urbana, trabalha-se o espaço urbano como o lugar, caracterizado por conceitos de identidade, espaço vivido e cotidiano. “O lugar pode ser visto como palco da cotidianidade quando encarado como dimensão espacial” (VIANA, 2000, p. 108). Para melhor entender o espaço urbano, a paisagem se torna uma categoria viável uma vez que “(...) tem um caráter social, pois ela é formada de movimentos impostos pelo homem através do seu trabalho, cultura, emoção.” (BRASIL, 1998, p. 32), devendo ser observada e interpretada de forma crítica e contextualizada. Já o território, “(...) é definido e delimitado segundo as relações de poder, domínio e apropriação que nele se instalam” (BRASIL, 1998, p. 33). A partir do território, surge a territorialidade, sendo essa a relação que envolve os diversos componentes sociais, econômicos e políticos, interferindo assim na formação do espaço geográfico.

A categoria **paisagem**, por sua vez, está relacionada à categoria de **lugar**. Pertencer a um **território** e sua paisagem significa fazer deles o seu lugar de vida e estabelecer uma identidade com eles. Nesse contexto, a categoria lugar traduz os espaços com os quais as pessoas têm vínculos mais afetivos e subjetivos que racionais e objetivos: uma praça, onde se brinca desde menino, a janela de onde se vê a rua, o alto de uma colina, de onde se avista a cidade. O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico (BRASIL, 1998, p. 76, grifo nosso).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) apontam que a forma mais utilizada pelos professores no ensino de geografia tem sido a aula expositiva e o livro didático. Em Geografia entende-se que isso por si só não basta. É preciso criar condições que favoreçam a compreensão por parte do aluno e isso significa expandir a criatividade, suscitar o diálogo, descobrir novas metodologias que atendam e cumpram o objetivo da tarefa de ensinar. Dessa forma, a prática educacional passa a ser contextualizada, ao estabelecer uma relação com o lugar e com o espaço vivido.

É fundamental, assim, que o professor crie e planeje situações nas quais os alunos possam conhecer e utilizar esses procedimentos. A observação, descrição, experimentação, analogia e síntese devem ser ensinadas para que os alunos possam aprender a explicar, compreender e até mesmo representar os processos de construção do espaço e dos diferentes tipos de paisagens e territórios. Isso não significa que os procedimentos tenham um fim em si mesmos: observar, descrever, experimentar e comparar servem para construir noções, espacializar os fenômenos, levantar problemas e compreender as soluções propostas, enfim, para conhecer e começar a operar com os procedimentos e as explicações que a Geografia como ciência produz (BRASIL, 1998, p. 77).

Mas por que pensar o estudo dos distritos como uma perspectiva de compreensão da realidade? As propostas metodológicas devem ser o mais abrangente possível. No que se referente, por exemplo, aos distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia as possibilidades são amplas e diversificadas. É possível, neste campo de atuação pensar temáticas como a *identidade e a construção histórica; o homem a terra e o trabalho; disponibilidade e gestão dos recursos naturais; cultura, tradição, modernidade* e, finalmente, questões relacionadas à *educação, saúde e lazer*.

Essa opção aponta para o fato de que quando se fala em compreensão da realidade, não se está necessariamente pensando em uma realidade distante dos alunos. Mas, antes pode se pensar no entendimento do local, por conseguinte do lugar, para uma melhor assimilação de situações as quais podem ser diferentes vistas apenas do ponto de vista do professor, ou do que diz um autor de livro didático, ou seja, a realidade dos distritos pode ser vivenciada pelo conjunto dos alunos e propiciar uma compreensão mais ampla, fundamentada, pelo contato direto, enfim, vivida.

Para isso, surge a necessidade de uma *percepção vivenciada* no sentido de auxiliar não só os alunos como também os próprios professores de geografia, uma vez que o contato real e próximo com as áreas de estudo produz resultados significativos no processo de aprendizagem. No caso de Uberlândia (distrito-sede) e seus distritos, existe uma peculiaridade que perpassa a geografia urbana, rural e cultural. O município possui todo um dinamismo econômico em âmbito regional, portanto propício à influência do processo de urbanização propriamente dito, ao passo que possui distritos, dentre eles os já citados, fortemente inseridos no contexto rural (ligação do homem com o campo) com particularidades urbanas (modo de vida e infra-estrutura urbana).

Os distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos

O distrito de Martinésia está localizado na porção norte do município de Uberlândia, e teve seu início marcado quando do levantamento de um cruzeiro em homenagem a São João Batista. O trabalho feito por Santos e Alves (2005) expõe o depoimento de uma senhora que vive nesse distrito:

Segundo Dona Margarida Alves Borges, moradora do local, uma senhora de nome Izabel estava com o filho, Joaquim Mariano da Silva, muito adoentado, e para receber sua cura como bênção, fez a promessa de erguer um cruzeiro ao referido santo, que foi colocado no alto da colina [...]. No ano de 1917 teve início a formação do patrimônio de São João da Boa Vista, a partir de uma sociedade feita pelos moradores mais influentes do povoado, em favor de seu progresso [...]. A década de 1920 foi de grande expressividade para a história do distrito, uma vez que esta foi a década de maior prosperidade, com avançado desenvolvimento de seu núcleo urbano e das atividades econômicas como comércio e serviços [...]. Atualmente, o distrito conta com 363 habitantes, sendo 200 homens e 163 mulheres (Banco de Dados Integrados de Uberlândia, 2004) [...]. **Quanto à economia, Martinésia encontra-se dependente de Uberlândia, uma vez que os produtos necessários para reprodução social de seus habitantes são diretamente adquiridos na sede do município.** Há no local, apenas dois estabelecimentos comerciais que fornecem alguns produtos básicos como óleo, além de bebidas e armarinho. (SANTOS; ALVES, 2005, p. 23-24, grifo nosso).

No final da década de 1930, o distrito produzia algodão, cana-de-açúcar, café e outros cereais. Além disso, havia ricas pastagens nos vales dos rios Uberabinha e das Velhas, hoje rio Araguari. Atualmente, o entorno do distrito é formado por propriedades que apresentam uma variedade de extensão, as quais desenvolvem atividades agropecuárias diversificadas, em sua maioria na produção familiar, sendo uma parte de subsistência e outra comercial, principalmente avicultura e soja.

Assim como Martinésia, o distrito de Cruzeiro dos Peixotos está localizado no norte do município de Uberlândia. Santos e Alves (2005) esclarecem:

Sua formação está relacionada ao gesto da família dos Peixotos de erguer um cruzeiro no alto da colina, por volta de 1905, nas terras de José Camim, o que propiciou a reunião de moradores e fazendeiros da região para a reza de terços e arrecadação de fundos para a construção de uma capela em suas proximidades. Posteriormente foi erguida a Igreja, em devoção a Santo Antônio [...]. Em dezembro de 1943 foi criado o Distrito de Cruzeiro dos Peixotos, através do Decreto-Lei nº 1058, sendo seu relacionamento solene realizado em 15 de janeiro de 1944. O nome do distrito foi uma homenagem à família dos Peixotos, que possuía grande prestígio no povoado. O distrito possui 430 habitantes, sendo 237 homens e 193 mulheres (Banco de Dados Integrados de Uberlândia, 2004). Está servindo de infra-estrutura básica, como água encanada, rede de esgoto, estação de tratamento de esgoto, iluminação pública, posto de saúde, escola de ensino fundamental, creche, agência de Correios, ginásio poliesportivo. **Quanto à economia encontra-se dependente de Uberlândia, uma vez que os produtos necessários para a reprodução social de seus habitantes são diariamente adquiridos na sede do município.** Há no local, poucos estabelecimentos comerciais que fornecem alguns produtos básicos como óleo, arroz, além de bebidas e armarinho. (SANTOS; ALVES, 2005, p. 24, grifo nosso).

Nos dois distritos, a água é tratada e distribuída em 100% das residências pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (DMAE), a partir de um poço artesiano. O esgoto sanitário também é tratado e há uma rede coletora nas ruas e avenidas do distrito que o transporta até uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE). A limpeza urbana é realizada e terceirizada pela Empresa Engenharia Ambiental Ltda. (LIMPEBRÁS). A varrição das ruas e das avenidas e a coleta do lixo das residências são feitas nas terças e sextas-feiras, na parte da manhã. A segurança pública é feita pela Polícia Militar que conta com um posto policial no distrito. Há também uma unidade básica de saúde em cada distrito, onde o serviço médico é oferecido por um clínico geral, um pediatra, um ginecologista e uma auxiliar de enfermagem, uma vez por semana, além de um dentista a serviço 10 horas/semana. Existem alguns estabelecimentos comerciais, bares e mercearias (SANTOS; ALVES, 2005).

A partir desse contexto descritivo é possível perceber semelhanças significativas entre os dois distritos, não só no tocante à formação histórica como também a respeito das próprias condições atuais, destacando-se a questão da dependência econômica em relação ao distrito-sede Uberlândia.

Percepções a partir de uma vivência

Levando-se em conta o ensino de Geografia, a questão da qualidade na formação acadêmica torna-se de suma importância para uma prática educativa de acordo os objetivos epistemológicos da ciência geográfica. A elaboração de propostas metodológicas ainda durante a formação propicia ao licenciando visões mais amplas quanto ao *quê* e *como* ensinar, especialmente quando se trata de Geografia.

No caso específico dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia percebe-se uma peculiaridade geográfica principalmente no contexto urbano e rural. Nesse sentido, busca-se uma proposta metodológica a partir de uma percepção vivenciada direcionada inicialmente para o aluno do curso de Licenciatura em Geografia, com o objetivo de aperfeiçoar suas atividades de docência. Fundamentalmente, as categorias geográficas – paisagem, lugar e território – podem ganhar níveis significativos de percepção quando do contato direto com a realidade estudada. Nesse caso, o cotidiano social torna-se um importante viés de análise, principalmente quando se faz através de uma observação objetiva e espontânea.

Metodologicamente, tal proposta está inserida principalmente na ótica dedutiva e indutiva, visto que os conteúdos teóricos e práticos fornecem reais possibilidades não só para

a confirmação de teorias já existentes como também para formulação de novas visões (LAKATOS; MARCONI, 2006). Seguindo esse raciocínio, a Geografia funciona como uma ferramenta fundamental para melhor entender primeiramente o espaço no qual estamos inseridos, e posteriormente avançarmos para escalas de abordagem mais amplas.

Entender o município e sua divisão administrativa a partir de uma vivência exige, antes de qualquer coisa, a construção de um corpo teórico calcado, nesse caso, na geografia urbana bem como nas categorias de análise geográfica já citadas, sendo esta uma seqüência mais coerente dentro do processo de pesquisa, seja ela acadêmica ou escolar. No caso de alunos do ensino fundamental e médio, o professor de Geografia, ao pensar na percepção vivenciada, pode estabelecer uma seqüência de trabalho que visa inicialmente despertar o interesse por uma determinada temática devido à possibilidade de contato direto com uma localidade; a partir daí, os procedimentos metodológicos para um trabalho de campo podem ser pensados e/ou adaptados de acordo com cada realidade específica. Aliado a isso, reforça-se a grande importância de uma discussão conceitual anterior às atividades práticas, seguindo-se assim uma seqüência coerente de acordo com o processo de ensino-aprendizagem na Geografia.

A grande oportunidade que se tem por meio de contatos práticos com realidades (municípios, cidades, distritos, bairros, entre outros) contribui diretamente para o ensino de geografia, desde que sua base conceitual específica esteja relacionada com as observações feitas em campo.

Assim, a formação acadêmica de um professor de geografia durante o curso de Licenciatura necessita de atividades que possam esclarecer diversas formas de aplicação metodológica durante sua docência; com base na sistemática geográfica de pesquisa, saber interpretar a paisagem, urbana e/ou rural, por exemplo, exige uma correlação conceitual que leva em conta as variáveis do território observado bem como a construção do lugar em função do contexto sócioambiental.

Considerações finais

Este trabalho teve a intenção de mostrar as possibilidades de estudo do município e de apontar as vantagens dessa decisão para um melhor aproveitamento por parte dos alunos e, também, do professor, nas atividades de ensino. As novas metodologias devem ser incentivadas e assumidas pelo profissional docente de maneira que propiciem melhor

entendimento de questões concretas da realidade da vida cotidiana que, por sua vez, refletem na vida do estudante.

O trabalho de campo constitui essa via para a assunção de novas metodologias. Os distritos podem ser o lócus de vivências lúdicas, inter e multidisciplinares que contribuem para fazer do processo de ensino e de aprendizagem um momento mais prazeroso na vida do alunado.

As vivências estudantis nos distritos de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia, não nos revelaram se pode afirmar categoricamente que esses ambientes são espaços urbanos ou rurais, ou se mais urbanos ou mais rurais. Todavia, entende-se que o mais importante seja a opinião de cada morador. Há os que dizem “*aqui é uma cidade*” enquanto outros dizem “*aqui é roça*”. O sentimento de apego, ou seja, a territorialidade é o que define pra cada morador o lugar onde mora.

Um povoado, o arraial, o distrito, uma cidade, uma roça, o fim do mundo. Independentemente da definição que tenham ou que façam de Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia é na fala de Guimarães Rosa que encontramos a definição mais condizente ao que foi visto na vivência:

[...] o lugar não é de todos o pior. Com sua terra-de-cultura, afora o que se reparte para a engorda de reses, e cria e recria. Por ano, em maio, junho, lavora um forte movimento, que arremeda o de cidade. Só carros de bois cantando, trazendo o milho das roças, o povo feito na colheita... e algum negócio regular (ROSA, 1985, p.129).

Na sala de aula esse discurso pode ser comprometido pelos limites do conhecimento. Na verdade poderia ser dito, pelos limites do não conhecimento. A realidade dos distritos passa despercebida pelos moradores, principalmente em se tratando de estudantes, do distrito-sede como se um não implicasse em nenhuma relação com outro.

Buscar essa relação, que aqui sugere que seja por meio da vivência estudantil, pode significar o encontro com sua própria realidade, mais ampla que o distrito-sede, ou seja, o município como um todo. Não dá pra definir os limites de cada um, mas é possível aceitar uma única realidade composta por diferentes cotidianos. Isso se justifica na fala de Guimarães Rosa, quando diz: “Nada em rigor tem começo e coisa alguma tem fim, já que tudo se passa em ponto numa bola; e o espaço é o avesso de um silêncio onde o mundo dá suas voltas” (ROSA, 1985, p.128).

Esta é a lição que se quer deixar aos leitores, aos professores, aos estudantes e todo mais. Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia são lugares pequenos. Talvez seja essa a melhor

definição daqueles lugares. Mas é o lugar. De uma experiência vivida cotidianamente por uma gente que talvez nem se dê conta que aquele lugar pequeno é um ponto de uma esfera tão grande quanto desconhecida.

Referências

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASÉ, P. **A cidade desvendada**: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios. Rio de Janeiro: EDIOURO, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTES, S. R.; OLIVEIRA, H. C. M. de; SILVA, Renata R. E. Cidade média e desenvolvimento local: relações sócio-espaciais de Uberlândia (MG) e seus distritos. *In*: Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, 1, 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: GASPER/UNESP, 2005, p. 1-15.

PINTO, G. J. Do sonho à realidade: Córrego Fundo – MG, Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 248f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). IG-UFG, Uberlândia, 2003.

QUEIROZ, M. I. P de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

REIS, D. S. dos. O Rural e o Urbano no Brasil. *In*: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais** – ABEP. Caxambu, 18 a 22 de setembro de 2006.

ROSA, J. G. **Estas estórias**. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, R. J.; ALVES, K. B. (Orgs). **Registro do patrimônio cultural e edificado das áreas afetadas, de entorno e de influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II**. Uberlândia: Composer, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. O que ensinar em geografia (física)? *In*: REGO, N. (Org.). **Geografia e educação**: geração de ambiências. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VIANA, A. M. A música como recurso didático em geografia: uma abordagem da geografia do cotidiano. *In*: REGO, N. (Org.). **Geografia e educação**: geração de ambiências. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.